

Juiz quer que ACM prove acusação

Carlos Moura

CORREIO BRAZILIENSE

O ministro da Justiça, Nelson Jobim, endossa algumas das críticas ao Poder Judiciário feitas quarta-feira última pelo senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), durante sua estréia na tribuna do Senado.

Já o juiz Ronaldo Tovani, da cidade de Caldas, a 450 quilômetros de Belo Horizonte, decidiu desafiar o senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA).

“Sou um modesto juiz do interior, mas, ou o senador dá os nomes dos juízes que considera corruptos ou vai ser processado por mim por crime de calúnia e difamação”, afirmou, ao anunciar ontem a decisão de interpelar ACM no Supremo Tribunal Federal (STF).

Para Jobim, “o senador faz uma análise verdadeira, no sentido de afirmar que nós temos um processo de lentidão na prestação judicial”, observou.

“Isto é dito nos debates na própria magistratura”, disse o ministro. O problema, em sua opinião, é resolver essa lentidão.

O ministro fez estas declarações após reunião com parlamentares fluminenses no gabinete do presi-

dente da Assembléia Legislativa do Rio (Alerj), deputado Sérgio Cabral Filho (PSDB).

Causas — A reforma do Poder Judiciário, informou Jobim, encontra-se em estudo no Ministério da Justiça.

Para o ministro, é preciso verificar as causas estruturais dessas disfunções, pois na maioria das vezes a culpa não é dos indivíduos: “Os problemas independem dos próprios funcionários”.

A disputa entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que se acirra não apenas no Brasil, foi criticada por Jobim.

“As instituições continuam separadas, mas não mais compartilham o poder, disputam o poder”, salientou o ministro.

E acrescentou: “O Legislativo pretende ser o Executivo e o Judiciário; o Judiciário pretende ser o Executivo e o Legislativo; e o Executivo pretende ser o Legislativo e o Judiciário”.

Para Jobim, “há hoje uma inconsistência horizontal, fundamental, dentro da relação entre os poderes”.



Antonio Carlos e Sarney deixam o Senado antes de embarcar para Bahia